

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Patrus Ananias – PT/MG)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o crescimento exponencial da violência no campo e as políticas públicas que fazem enfrentamento a esta violência.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requereremos que, em Audiência Pública, sejam discutidos as políticas públicas e o aumento da violência no campo. Para tanto, requeiro que sejam convidados os seguintes participantes:

- **José Geraldo de Sousa Junior** – Comissão de Justiça e Paz da CNBB
- **Deborah Duprat – Procuradora Federal** – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC
- **Darci Frigo** – Terra de Direitos e Membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos
- **D. Enemésio Ângelo Lazzaris** – Presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT
- **D. Roque Paloschi** – Presidente do Conselho Indigenista Missionário - CIMI
- **Desembargador Gercino Jose da Silva Filho** - Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo

JUSTIFICAÇÃO

O relatório Conflito no Campo Brasil, publicado em 2016, produzido pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, apresenta que em 2015, o número de ocorrências de conflitos no campo foram de 1.217 e envolveram mais 816 mil pessoas. Foram 50 casos de assassinatos, ante 36 casos em 2014. De 2001 até junho de 2016, conforme dados da Ouvidoria Agrária do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, ocorreram 220 homicídios decorrentes de conflitos, além de 584 homicídios não decorrentes de conflitos e 194

homicídios em investigações, totalizando 998 mortes neste período. A impunidade na investigação e na punição dos executores e autores dos crimes leva a estes números de mortes. Em março de 2015 a Comissão Pastoral da Terra publicou um relatório sobre a violência no campo, entre o período de 1985 e 2013. Intitulada “Assassinatos e Julgamentos”, a pesquisa revela que, dos 1.270 casos de homicídios registrados no País durante esse período, menos de 10% foram a julgamento, com 28 mandantes e 86 executores condenados. As mortes de 1.680 vítimas, com apenas 108 julgamentos realizados, sinalizam a impunidade do sistema brasileiro. Na questão indígena os números são assustadores, conforme o Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil”, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI, referente a 2014, que aponta um aumento dos casos de violência e violações contra integrantes das comunidades indígenas. No período, 138 índios foram assassinados, contra 97 do ano anterior. Dado ainda mais alarmante é o número de suicídios, que chegou a 135, ante 73 ocorrências em 2013. Os fatores de estímulo à violência são antigos e decorrem fundamentalmente da negação do direito à terra, da disputa em torno de áreas indígenas e conflitos possessórios. Mesmo no caso dos suicídios, o entendimento é que em grande medida as ocorrências estão relacionadas à falta de perspectivas para os indivíduos que precisam de terra para viver e trabalhar em harmonia com suas culturas. No estado do Mato Grosso do Sul, onde existem diversos conflitos, no dia 14 de junho de 2016 houve um novo confronto levando a morte de um indígena, servidor da Secretaria de Saúde Indígena e 6 indígenas com ferimentos de arma de fogo. O Ministério Público Federal do MS que acompanha os conflitos naquele Estado ajuizou no dia 17 de junho duas denúncias contra onze envolvidos em crimes contra os povos Guarani Kaiowá e Nandeva, conforme nota abaixo:

Há 8 meses, força-tarefa investiga crimes cometidos no estado; assassinato de indígena na última terça também será investigado

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou, nesta sexta, 17 de junho, duas denúncias contra doze envolvidos em crimes contra os povos Guarani Kaiowá e Nandeva em Mato Grosso do Sul. Eles são acusados de formação de milícia privada, constrangimento ilegal, incêndio, sequestro e disparo de arma de fogo.

Os ataques foram cometidos contra indígenas do cone sul do estado, na região de fronteira com o Paraguai. Jagunços teriam sido contratados e financiados por proprietários rurais para violentar e ameaçar as comunidades. Oitivas, diligências, fotos, vídeos, buscas e apreensões comprovam a atuação dos milicianos, mas o MPF não divulgou a íntegra das denúncias porque os processos correm sob sigilo.

As investigações foram conduzidas pela força-tarefa Avá Guarani, instituída pelo procurador geral da República, Rodrigo Janot, há oito

meses, para apurar crimes contra as comunidades indígenas de MS. O ajuizamento das denúncias é a primeira de uma série de medidas para combater o conflito armado na região.

Para o MPF, a força-tarefa “é uma maneira de dar uma resposta efetiva aos milhares de indígenas vítimas de violência, que poderiam deixar de acreditar na Justiça por causa da impunidade”. Só nos últimos 10 anos, pelo menos um índio foi morto por ano em decorrência do conflito fundiário em Mato Grosso do Sul.

O último assassinato, de Clodioude Aguiar Rodrigues dos Santos, ocorrido terça-feira (14) em Caarapó, também será investigado pelo grupo de procuradores.

Com a preocupação com as ameaças de retrocessos das políticas de direitos humanos e do aumento da violência no campo foi realizado no dia 15 de junho uma reunião na sede da Procuradoria Geral da República que contou com a presença de mais de 50 representantes de organizações da sociedade civil e de movimentos de indígenas, camponeses, pescadores, quilombolas e outras comunidades tradicionais. A reunião foi conduzida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e a Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, e teve como resultado a reativação do Fórum de Combate à Violência no Campo que passa a ser denominado Fórum por Direitos e de Combate à Violência no Campo.

Por essas razões apresentamos o presente requerimento, para que possamos realizar o debate do futuro das políticas públicas que combatem a violência no campo e auxiliam na garantia dos direitos fundamentais do cidadão do campo.

Sala da Comissão, em de junho de 2016.

PATRUS ANANIAS
DEPUTADO FEDERAL – PT/MG